



RELAÇÕES FAMILIARES VIOLENTAS.

Sandra Lourenço¹

Introdução

O estudo aqui apresentado nasceu da inquietação da pesquisadora na apreensão da violência doméstica a partir da vivência das mulheres que a sofrem. Entende-se que este é um elemento central para a compreensão deste fenômeno complexo e que se presentifica no cotidiano de um número significativo de mulheres.

Este trabalho analisou a realidade vivida por mulheres que sofrem violência doméstica desde sua infância. Objetivou-se neste estudo analisar o modo de pensar e de agir dessas mulheres, tendo em vista contribuir no aprofundamento das investigações nesse campo.

Para a coleta de dados, elegeu-se o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, onde a pesquisadora atuava, no momento da pesquisa, como docente na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, no ano de 2008.

É importante deixar claro que, esta pesquisadora preocupou-se com a violência cometida contra mulheres, já que, somente em Guarapuava essa população constituiu aproximadamente 85,3% das pessoas que sofrem violência doméstica.

Delimitou-se a pesquisa a partir dos 18 meses de criação da Lei 11.340, acreditando-se que esse período de implantação poderia agregar um número maior e mais qualitativamente significativo de elementos para este estudo.

Tendo em vista os objetivos propostos neste trabalho, a abordagem qualitativa trouxe contributos fundamentais. Dessa maneira, debruçou-se sobre o objeto, fazendo uso dessa abordagem, a partir do olhar das mulheres que sofreram violência doméstica, o que viabilizou condições para a compreensão da consciência como imanente das ações dos sujeitos sociais, foco desta pesquisa. A escolha da pesquisa qualitativa pautou-se na compreensão de que cada pesquisa é única e no pressuposto de que a experiência social do sujeito foi fundamental para a apreensão do objeto deste estudo.

O método adotado para a produção do conhecimento aqui esboçado compreendeu o pensamento como um complexo contraditório e em permanente movimento situado em uma dada

¹ Professora Doutora da Universidade Estadual de Londrina. Endereço eletrônico: sanlouren@ig.com.br



historicidade. O uso da Triangulação foi um recurso importante para essa apreensão, implicando na utilização de diversas técnicas de abordagens e de análises, de vários sujeitos e pontos de observação.

Optou-se por alguns instrumentos de coleta dos dados empíricos eleitos na medida em que se aproximava do objeto.

A análise das experiências e vivências concretas, do imediato, do concreto humano foi entendida como um primeiro exercício de abstração, a partir do qual foi possível estabelecer conexões e relações tendo em vista suas particularidades captadas numa totalidade. A compreensão dessa realidade exigiu da pesquisadora a apreensão tanto do ponto de vista social, com seus elementos gerais e suas particularidades como do ponto de vista dos fenômenos singulares e cotidianos.

A escolha dos sujeitos desta pesquisa levou em consideração os objetivos propostos, os pressupostos teóricos e o movimento da realidade, bem como as experiências que detinham enquanto sujeitos coletivos. Dessa forma, identificá-los foi uma tarefa extremamente complexa.

Em nenhum momento houve a preocupação em levantar a representatividade numérica, pois a pesquisa qualitativa prescinde de um grande número de sujeitos para se tornar válida, haja vista que pressupõe a aproximação do movimento do real por meio da apreensão de significados e das experiências dos sujeitos coletivos, objetivando apreender o objeto empiricamente em todas as suas dimensões (MINAYO, 2004). Nesse sentido, o que importou foi o significado que esses sujeitos tiveram em função do objetivo da pesquisa (MARTINELLI, 1999).

Além disso, pressupôs-se como relevante não somente a recorrência de informações, mas também aquelas que tiveram significância para a compreensão do objeto mesmo quando fluíram da fala de apenas um dos sujeitos.

Neste estudo, buscou-se o olhar das usuárias dos serviços de proteção, especificamente da Delegacia de Defesa da Mulher de Guarapuava. A escolha desses sujeitos se deu por sua relevância para a pesquisa. Não houve uma delimitação de um número a priori das mulheres que viriam a ser entrevistadas, pois, pressupôs-se a inclusão de novos sujeitos na medida em que fosse necessário. Previu-se apenas que as entrevistas deveriam ser realizadas com usuárias que já se encontravam em acompanhamento nesse serviço.

A pesquisadora acreditava que a única forma de contato com essas usuárias, respeitando-se a ética da pesquisa com seres humanos, seria por intermédio dos/das profissionais que as acompanhavam nos serviços públicos facilitando a criação do vínculo necessário para a realização



da pesquisa. Todavia, a cada nova entrevista com os/as profissionais, tornava-se mais evidente que esse não seria um caminho viável, uma vez que, somente uma profissional indicou sujeitos para a pesquisa. Os/as demais alegaram que a identificação dessas usuárias não seria possível, pois o contato que estabeleceram com essas mulheres era apenas emergencial, uma vez que o acompanhamento desse público era assistemático e descontínuo, impedindo a identificação dessas usuárias nos serviços onde atuavam.

Frente a essa dificuldade, a pesquisadora optou por realizar a entrevista com a única usuária com a qual conseguiu estabelecer contato. Tal foi sua importância, que a pesquisa foi estruturada a partir do olhar desse sujeito, presente no corpo deste trabalho como um todo.

Profundamente marcante pela quantidade e densidade de informações e de vivências, a trajetória dessa usuária trouxe elementos fundamentais para este estudo. Sua vida foi permeada pela violência doméstica desde sua infância, sofrendo os mais diversos tipos dessa violação de direitos humanos.

Esse sujeito foi considerado representativo, pois personificou o fenômeno da violência doméstica contra mulheres em várias dimensões.

Enfim, trabalhou-se com práticas de pesquisa que consideraram o ser humano na sua totalidade, buscando a compreensão cada vez mais detalhada e profunda do movimento do real, aproximando-se assim do objeto de estudo. Para tanto, partiu-se de uma análise heurística, na medida em que os dados e informações coletados empiricamente iluminaram o caminho da discussão teórica, possibilitando a apreensão do real enquanto concreto pensado e considerou-se aqueles com os quais se estabeleceram contatos para a coleta de dados e informações enquanto sujeitos históricos e não como objeto.

Violência doméstica: uma análise a partir de quem a vive.

Analisou-se a categoria violência doméstica contra mulheres, visando apontar elementos constitutivos dos processos sociais e a ordem falocêntrica de gênero a partir do cotidiano de uma mulher que sofreu esse tipo de violência ao longo de sua vida. Atribuiu-se a ela o pseudônimo de “Esperança”, pois este foi o conceito central apreendido a partir da fala desse sujeito durante toda a entrevista.

“Esperança” é uma jovem mulher branca, com 38 anos de idade. Coursou até a quarta série primária e atualmente trabalha como empregada doméstica, buscando garantir a sua sobrevivência e de seus quatro filhos. Além desses quatro filhos que residiam com ela, no momento da pesquisa de



campo, possuía também uma filha que já estava casada e, que por sua vez, repetiu o ciclo do casamento precoce tal qual a mãe. Porém, neste caso, não foi possível detectar se sofria algum tipo de violência conjugal, já que Esperança não relatou sobre a vida da filha.

A sua condição de classe e de gênero trouxe particularidades fundamentais para a compreensão da realidade. A questão da raça/etnia não se apresentou como um diferencial em nenhum momento do relato apresentado. Atribuiu-se à não evidência desse elemento na vida desse sujeito, o fato de que Esperança é branca e, assim, pertencente ao grupo étnico hegemônico.

A trajetória de vida de “Esperança” foi permeada por diversas situações de violência, especialmente no espaço doméstico. Neste espaço, sofreu violência desde sua infância, por parte de seu padrasto, que se prolongou nas relações conjugais. Além destas, também foi violentada em seus direitos nas instituições nas quais buscou apoio e proteção. Esses elementos ficaram claros durante a entrevista realizada para coleta de dados e brevemente apontada ao longo deste trabalho.

Logo em sua infância, “Esperança” saiu de sua casa e foi morar com alguns parentes e conhecidos, tendo em vista a relação difícil que mantinha com seu padrasto que exercia um controle absoluto sobre ela, seus irmãos, e sobre sua mãe,

[...] eu não tenho pai, eu fui criada por padrasto, sempre morando em casa de outros eu nunca morei junto com minha mãe porque eu não gostava do meu padrasto era muito complicado [...] (informação verbal).

As complicações por ela aferidas no que toca à convivência com o padrasto se davam, no geral pela relação de domínio que ele exercia sobre os enteados e na prática de atos violentos contra a sua mãe, seus irmãos e também contra ela, para afirmar esse controle. De acordo com Saffioti (1997), esse tipo de violência é possível graças ao estabelecimento de um território físico e de um território simbólico, nos quais os homens detêm praticamente domínio total, tendo assim, como principais vítimas mulheres, crianças e adolescentes. Seu território geográfico é constituído pelo espaço do domicílio. Todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto, vinculadas ou não por laços de parentesco ao chefe do local, devem-lhe obediência.

No espaço doméstico os homens, baseados na ordem social androcêntrica, ocupam o lugar de controle, exercendo a vigilância constante sobre os que estão subjugados ao seu poder. Esse fenômeno incorre numa correlação de forças na qual o uso da violência torna-se um ato concreto para assegurar o lugar de primazia de um sobre o outro, numa relação de poder e de impotência. A relação de poder estabelecida pelo agressor envolve a potência e a impotência. É justamente na ausência da potência que o agressor age agressivamente, fazendo uso da violência como estratégia para manutenção de seu controle.



O jugo do padrasto ao qual a mãe de “Esperança” permaneceu submetida ainda por um tempo significativo, demonstrou o poder exercido por seu companheiro em relação a ela. O poder, por sua vez, apareceu na forma de autoridade e, portanto, foi reconhecido e legitimado por meio da manutenção dessa relação conjugal.

O poder exercido pelo padrasto no espaço doméstico implicou em autoridade legitimada não só pela companheira, como também materializou-se como um poder socialmente determinado pela ordem falocêntrica, justificando inclusive atos violentos.

O domínio do senhor do domicílio se deu, portanto, na relação com as pessoas com as quais mantinha vínculos não somente consangüíneos como também de afinidade, no caso, os enteados e as enteadas que se submeteram, ao menos em um dado momento, à lógica de um homem, considerado o chefe da família. Essa chefia não implicava no fato de o sujeito que a detinha ser o provedor do lar, pois o sustento da família era proveniente do trabalho da mãe de “Esperança”, mas na sua autoridade enquanto aquele que tomava as decisões e controlava o espaço do domicílio.

[...] Minha mãe trabalhava e ele era, vamos dizer bem pelo certo, gigolozão ficava só em casa e a minha mãe era quem sustentava a casa (informação verbal).

A compreensão do espaço-domicílio é muito importante, haja vista que, o poder do senhor rompe os muros desse espaço e se presentifica em todos os lugares por onde os sujeitos subjugados passam, pois na verdade, o controle é proveniente da relação de opressão física e simbólica.

Esse controle consolidado no espaço domiciliar é socialmente consubstanciado e exclui as mulheres dos processos de tomadas de decisão, desconsiderando-as como sujeitos históricos, seja no espaço privado ou no espaço público.

Outra forma de coerção e de violência exercida pelo padrasto foi a prática do abuso incestuoso² contra dois filhos: um menino e uma menina. “Esperança”, bastante emocionada, relatou que,

[...] Na época quando a gente saiu de casa a minha irmãzinha de 6 anos ficou [...] e ele era pai dela mesmo sabe, dessa menininha. [...] Essa menina, quando ela cresceu [...] com os seus 11 anos ele tentou violentá-la pela primeira vez. Não conseguiu porque ele [o outro irmão, também filho desse padrasto] correu pedindo socorro. Quando a minha irmã fez 13 anos [...] eu morava longe e eu não sabia de nada. Eu fiquei sabendo já teria acontecido tudo. Pra resumir ele engravidou a própria filha. Minha irmã ficou bem revoltada, ficou meio fora de si [...] depois de tudo o que aconteceu com meu irmão também (informação verbal).

O padrasto era aquele com quem os irmãos de “Esperança” passavam a maior parte do tempo, haja vista que a mãe trabalhava fora do domicílio. A princípio, seria o adulto masculino com

² O abuso incestuoso constitui-se em uma violação de direitos. Concretiza-se em uma relação de opressão e de poder, uma vez que, o agressor e a vítima possuem posições completamente díspares, não só no aspecto geracional, mas também de autoridade e de decisão.



o qual essas crianças teriam estabelecido o maior vínculo de confiabilidade, o que potencializou o sentimento denominado na fala acima de revolta.

O poder atribuído ao homem pela androcentrismo, como no caso em estudo, também se materializou no controle não só das consciências, mas também dos corpos daqueles que estavam subjugados ao padrasto. Enquanto amo e senhor, esse homem teve legitimada a autoridade em relação àqueles que estão sob seu domínio, apropriando-se deles e atribuindo-lhes um papel de objeto de sua posse.

Na perspectiva de resistência ao poder e à violência do perpetrados pelo padrasto, “Esperança” e seus irmãos encontraram como único caminho a saída do lar. É complicado considerar esta como uma alternativa uma vez que, viviam uma situação na qual não havia possibilidades de escolha. Na verdade foi uma tentativa de afastamento do jugo daquele que os violentava, sem ter como enfrentá-lo nas condições que se encontravam.

Com isso, os irmãos separaram-se de sua mãe e cada um, a seu modo, procurou condições de sobrevivência com outros familiares e amigos. Debruçou-se neste momento, sobre o caminho trilhado por “Esperança”.

“Esperança” deparou-se com várias dificuldades em sua trajetória de resistência à violência doméstica. Dentre elas, as relativas à convivência em lares substitutos que vão desde a questão econômica até a aceitação de um indivíduo que não pertencia aquele núcleo familiar. Esse contexto levou a que buscasse uma nova alternativa: o casamento precoce, como se por meio do estabelecimento de uma nova relação, pudesse superar as dificuldades vivenciadas. Esse foi um caminho que, no processo de enfrentamento da situação vivenciada, se apresentou como uma possibilidade em determinadas condições objetivas.

“Esperança” relatou que o casamento representava a possibilidade de uma vida com condições de sentir-se pertencente a um núcleo familiar, onde teria condições para viver relações de afeto e de companheirismo.

Essa perspectiva de “Esperança” baseou-se na construção social idealizada sobre família. Construção social esta que, nos últimos anos vem apresentando profundas mudanças.

Em meio à realidade plena de complexidades e contradições, permanece a busca por parte de vários sujeitos sociais em seu cotidiano, da família enquanto um espaço de proteção.

Há relatos de indivíduos que, como “Esperança”, ainda hoje reproduzem o conceito explicitado por Gomes (1988) com bastante propriedade, denominado de família pensada. A família



pensada é aquela idealizada como uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva.

Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro de uma ordem e hierarquia estabelecida num contexto androcêntrico de autoridade máxima que deve ser obedecida, a partir do modelo pai-mãe-filhos estável. Todavia, a família ao tornar-se real, concreta apresenta-se, muitas vezes, bastante distinta da pensada. Infelizmente, a questão toma outras dimensões quando a violência se presentifica nessas relações.

“Esperança” buscou nos seus dois casamentos o distanciamento de relações violentas como as que vivenciou em sua infância e em sua adolescência. Sonhou com a constituição de uma família que de fato, se tornasse um espaço de acolhimento, de troca de afetos, de cuidado mútuo. Todavia, se deparou com uma realidade bem diferente.

A busca pela constituição de uma relação conjugal baseada em afeto e segurança tornou-se mais uma arena de luta e de resistência para “Esperança”. Casou-se duas vezes e tanto no primeiro casamento quanto no segundo, o sonho da família ideal não se tornou uma realidade. As relações conjugais que vivenciou se tornaram, em certa medida, a continuidade da família já vivida por ela em sua infância. Tal como seu padrasto, os seus companheiros tornaram-se seus agressores.

“Esperança” continuou sofrendo com a violência doméstica, que passou a ser perpetrada na relação de convivência.

As relações violentas no espaço doméstico independem de sua formalização, corroborando-se o pensamento de Szymanski (2002) no que toca a constituição das relações familiares por laços de afetividade e de cuidado mútuo. Interessante notar que essa violência extrapola as relações conjugais durante a sua vigência e muitas vezes, mesmo após a dissolução dessas relações, os agressores continuam a desferir ações violentas contra as mulheres, demarcando assim a continuidade do seu território, agora somente simbólico.

Numa das falas de “Esperança” também ficaram claros alguns pontos para a análise das formas de pensar socialmente construídas sobre a violência. Um deles reportou-se ao fato de que a violência, para esse sujeito, é fruto de um processo individual e, como tal, sua solução encontra-se em ações individuais.

Evidentemente que esse fenômeno é objetivado por indivíduos, entretanto, esses indivíduos, enquanto seres sociais exprimem em seu cotidiano um ideário mais profundo, instituído e instituinte das relações sociais pautadas na ordem falocêntrica.



As estratégias e instrumentos de violência podem ser diferenciados por classes. A restrição ao poder econômico de compra e ao status de classe pode ser uma forma de violência, que mantém as mulheres em relações violentas com homens ricos. Em contrapartida, para as mulheres pobres a condição de sobrevivência e um teto para abrigá-la e aos filhos pode ser também uma razão para mantê-las junto ao agressor. A materialização da violência de gênero, a exemplo da violência familiar e doméstica, ocorre independentemente da condição de classe, raça-etnia, de cultura, de nível de escolaridade, embora possa ser potencializada pela questão econômica.

“Esperança” apresentou claramente como se deu a materialização da violência doméstica,

[...] sofri violência durante 15 anos [...] pelo meu marido [...] era espancada, era acuada dentro da casa, ameaçada de várias formas [...] Sofri a violência que está no meu direito de ir e vir, decidir por mim mesma [...] quando tentava sair fora da relação ele usava o meu filho de 9 anos, porque eu tenho 2 filhos com ele [...] me chantageava. [...] Engravidei do primeiro casamento e [...] já era uma violência [...] aconteceu de engravidar e quando eu contei pra ele [...] ele dizia que eu estava grávida do pai dele, que eu estava grávida do irmão dele. [...] estava tão nervosa [...] pelo stress todo eu acabava abortando as crianças. Ele fazia questão de me chamar de vaca, de piranha, de vagabunda, que eu era uma porca, uma porca com os filhos [...] No segundo aborto o meu marido perguntava pra uma pessoa e pra outra: - Esses chás do fundo do quintal que fazem, ele fazia, ele tinha o trabalho de fazer chá pra mim e me dar. Não sei se foi o chá ou se foi o stress mesmo que acabei perdendo o segundo [...] ele usando de violência naquelas horas ele achava que seria um meio também de eu abortar e aí acabava machucando. Até chegou uma vez eu briguei, a gente se enrolou lá, [...] ele queria introduzir o cabo de uma escova pra tirar a criança (informação verbal).

Nesta fala ficou claro que a violência doméstica contra mulheres ocorre por meio de agressões físicas, emocionais, morais e sexuais e que, muitas vezes são cometidas concomitantemente.

Um dos elementos eminentes da violência doméstica apareceu claramente na fala de “Esperança”: a permanência em uma relação violenta por um tempo considerável, no caso durante 15 anos. Realidade essa vivida por mais de 20%, em média, das 2.502 brasileiras entrevistadas pela Fundação Perseu Abramo (VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004).

Esta pesquisadora atribuiu a essa permanência uma série de fatores que concretizam a ordem falocrática de gênero, como: a ideologia da defesa da família e a importância da figura masculina na vida da mulher; a falta de serviços de apoio e de proteção e a desinformação, a escassez de recursos financeiros suficientes para recomeçar a sua vida em outro lugar e o medo das ameaças do companheiro. Esta situação se repetiu continuamente durante o segundo casamento de “Esperança” o que por sua vez, reiterou a realidade vivida por inúmeras mulheres que sofrem violência doméstica.

Essa violência tem uma característica peculiar: é perpetrada pelas pessoas nas quais as mulheres buscam companheirismo, apoio, afeto e cuidado. Em algum momento, houve um encontro e uma promessa de afetividade e confiabilidade. Houve a construção de um projeto idealizado de



vida em comum que, muitas vezes geraram frutos: os filhos. São relações compostas por esperanças e frustrações, sonhos e desilusões, amor e ódio, encontros e desencontros. Essa lógica complexa e contraditória compõe a rotina dos casais em relações violentas e que pode criar uma relação de dependência e o estabelecimento de uma relação fixada na violência.

É possível entender a ambigüidade das mulheres, que ao mesmo tempo desejam romper a relação violenta, mas retomam a convivência com o agressor. Há diversas situações nas quais as mulheres buscam auxílio externo seja na Polícia Militar ou em serviços de apoio e dizem que só querem dar um susto no agressor, mas não querem prejudicá-lo, afinal ele é o pai de seus filhos. Claramente está posto que se trata de uma relação que envolve, de alguma forma, a afetividade e confiabilidade, incorrendo em inúmeras dependências entre ambos.

A permanência em relações violentas também ocorre pela ausência de apoio não só de parentes e amigos, mas principalmente de serviços públicos que ofereçam proteção às mulheres e seus filhos quando do enfrentamento da violência conjugal.

O total desconhecimento de “Esperança” em relação aos seus direitos, inclusive aqueles relativos à guarda dos filhos tornou-se uma das questões potencializadoras de sua fragilização fazendo-a voltar ao jugo do agressor. Além do fato de que este a ameaçava dizendo que ficaria com a guarda dos filhos, também tinha medo em relação às possibilidades de que o companheiro cometesse violência e abuso também contra a sua prole.

“Esperança” personificou um sujeito múltiplo e contraditório, conforme o pensamento de Lauretis (1994, p. 208). Ela é um sujeito que vive em determinadas condições históricas e objetivas e, enquanto indivíduo situado em uma dada realidade, cuja existência se materializa concretamente, enfrentou as situações de violência com os instrumentos que possuía.

Conclusão

Neste trabalho, analisou-se a categoria violência e sua materialização no espaço doméstico perpetrada por homens contra mulheres. Esse estudo, a partir da ótica das mulheres que vivenciam esse fenômeno, demonstrou a permanência do androcentrismo, cujas particularidades se materializam no cotidiano dos sujeitos sociais.

Violência doméstica contra mulheres constitui violação de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais e, assim, não pode ser considerada apenas como uma ruptura de qualquer forma de integridade da vítima. Como quebra de integridade, situa-se no terreno da individualidade, já como violação de Direitos Humanos, atinge o humano-genérico.



Para o enfrentamento do ideário falocêntrico, são fundamentais não somente a elaboração e execução de políticas públicas; a dotação orçamentária no âmbito Federal, Municipal e Estadual; a criação e implementação de serviços de apoio e proteção pautados nas demandas e no modo de agir e de pensar das mulheres que sofrem violência doméstica; o enfrentamento dos limites institucionais, ou ainda, a formação profissional comprometida com a apreensão crítica da realidade e com a perspectiva de gênero. Na verdade, somente com a materialização de todos esses elementos conjuntamente articulados com a construção coletiva de estratégias de luta frente às condições de vida das mulheres que sofrem violência doméstica, será possível construir um caminho que leve ao processo de crítica transformadora desse ideário.

Bibliografia

BRASIL. Lei n. 11340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília (DF), 8 de ago. 2006. <<http://www.ouvidoria.al.gov.br/atribuicoes/leis-federais/lei-11340-de-07-de-agosto-de-2006.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

GOMES, H.S. *Um estudo sobre significado de família*. 1988. 197f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1988.

Szymanski (2002)

MARTINELLI, M. L. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras. 1999.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. *Violência doméstica ou a lógica do galinheiro*. In: KUPSTAS, M. (Org.). *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997.

VENTURI, G; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S. (Org.) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.